

Uma chance para suavizar a crise

por Stephen Fidler
e Ivo Dawnay
do Financial Times

O anúncio feito pelo presidente eleito dos Estados Unidos, George Bush, no sentido de um profundo reexame da abordagem norte-americana da dívida internacional, abre uma perspectiva de algum progresso na suavização da crise.

A julgar pela linguagem conciliatória empregada durante um encontro de sete ministros das Finanças de países latino-americanos, na semana passada (no Rio, no conhecido "Grupo dos Oito"), é bem provável que os grandes devedores mundiais estejam agora muito mais próximos de seus credores do que vem acontecendo há anos. Ontem, o Banco Mundial (BIRD), que não é tido como a voz mais radical na questão da dívida externa, juntou sua voz à dos que pleiteiam uma reavaliação do Plano Baker, pelo qual se orientou a estratégia norte-americana desde 1985.

O Plano Baker, que via os países emergindo de suas dívidas pelo crescimento, falhou na medida em que se esgotaram os novos financiamentos bancários aos devedores. Bush e seus assessores (até mesmo James Baker, que vai ser secretário de Estado no governo Bush) sabem que, ao tentar dar nova roupa ao Plano Baker, eles estarão trabalhando contra o relógio.

Por trás do tom conciliatório, reina em muitos dos países devedores uma opinião não verbalizada: ou se adotam novas iniciativas para o problema da dívida ou haverá mais deterioração econômica e um novo

surto de radicalismo, ameaçando tomar de assalto o continente — com consequências potencialmente terríveis para suas frágeis democracias.

Dos sete países representados na reunião do Rio, na semana passada, o México e a Venezuela acabam de realizar eleições, com promessas de renegociações amplas de seus acordos da dívida. O Brasil, a Argentina e o Uruguai têm eleições marcadas para o ano que vem, e o Peru e a Colômbia vão tê-las em 1990.

Em todos esses países, os partidos populistas de oposição prometem revisões radicais dos acordos sobre a dívida, quando não moratória pura e simples.

Existem oportunidades de progresso: bancos, instituições oficiais e devedores descobriram um interesse mútuo em técnicas voluntárias de redução da dívida, enquanto os devedores, notadamente o Brasil e o Peru, adotaram uma postura mais cooperativa em relação aos credores.

O recado dos devedores aos países industrializados encontrou eco, sob alguns aspectos, no BIRD, ontem. Este eco: desvencilhem-se dos inúmeros obstáculos legais, fiscais e burocráticos à redução da dívida e façam mais no sentido de liberar novos fundos para os países em desenvolvimento.

APOIO À DEMOCRACIA

Dois acontecimentos de 1988, não decorrentes de uma filantropia financeira recém-descoberta mas da "realpolitik" do hemisfério Ocidental, produziram algumas expectativas de que os Estados Unidos desejam proteger as novas democracias e poderão levar o país a oferecer mais apoio

financeiro à América Latina do que no passado.

Em setembro, sob pressão norte-americana, o Banco Mundial introduziu um pacote financeiro para a Argentina, na tentativa de impedir um impasse (ainda não resolvido) entre o governo argentino e seus credores estrangeiros. Dois meses mais tarde, para aumentar a confiança na economia mexicana, anunciou um surpreendente empréstimo-ponte de US\$ 3,5 bilhões para o México.

É quase certo que os Estados Unidos e seus aliados continuarão a resistir a qualquer solução global. A abordagem de estudo de caso a caso permite recomendar os amigos e confundir os oponentes e os maus pagadores financeiros.

SEM CONFRONTO

O ministro da Fazenda do Brasil, Mailson Ferreira da Nóbrega, que também foi o porta-voz da reunião do Rio, sofreu ele próprio intensas críticas tanto da direita quanto da esquerda no Brasil pelo acordo ortodoxo da dívida que assinou com os bancos em setembro deste ano. Rejeitando qualquer insinuação de que os devedores poderiam formar um cartel, ele preferiu salientar a seriedade com que os devedores estavam tratando o problema. Acima de tudo, salientou a urgência e a posição conciliatória dos sete países, cujas dívidas totais se igualam a aproximadamente US\$ 350 bilhões.

"Para nossas propostas ficarem viáveis, precisam ser sérias e para que nossos países sejam beneficiados, precisam restabelecer programas de estabilidade e reforma econômica", insistiu. "Não queremos con-

frontação, mas negociação." Para os bancos comerciais, a contabilização de prejuízos e as medidas para diminuir as posições de crédito desativaram o risco de falência no caso de uma grande inadimplência. Portanto, segundo essa tese, chegou a hora de os governos considerarem o custo para seus exportadores o fato de deixarem os cofres dos países latino-americanos tão vazios que não podem fazer compras no exterior.

Ferreira da Nóbrega adota a opinião não convencional de que o financiamento voluntário não será reiniciado rapidamente. (Existe a tese de que não deveria ser retomado, já que a dívida de moeda estrangeira à taxa flutuante é a forma mais inapropriada de financiamento para países em desenvolvimento.) No futuro previsível, esses países dependerão em grande parte de economias internas para o financiamento de desenvolvimento, reconheceu o ministro da Fazenda.

Mas para os devedores restaurarem a estabilidade econômica, diminuir as taxas de inflação nocivas e reformular o papel do Estado na economia, como desejam as nações industrializadas, alguma assistência para redução de dívida precisa ser empreendida.

Uma das dúvidas é se Ferreira da Nóbrega, talvez o mais moderado de todos os ministros da área econômica da América Latina e que enfrenta forte oposição interna a essa abordagem, ainda estará no cargo quando os assessores do presidente norte-americano concluirem sua análise da estratégia de dívida.